

Dúvidas na renegociação

As mudanças anunciadas na estratégia da renegociação da dívida externa ainda causam dúvidas dentro do próprio governo. Segundo fontes do Banco Central, o clima da renegociação está delicado e a continuidade do processo vai depender em parte dos resultados da próxima visita dos integrantes do comitê econômico que assessora os credores.

Eles devem chegar ao Brasil na primeira semana de janeiro para examinar as contas do País, e é provável que argumentem que este não precisará de todo o dinheiro solicitado até agora. Isto porque o crescimento não terá alcançado os 6% previstos para este ano, o mesmo ocorrendo com outros indicadores básicos que nortearam a negociação.

Essas mesmas fontes disseram ignorar qualquer mudança na estratégia de renegociação: "Pode ser que o telex que será encaminhado aos credores tenha um tom mais duro. Mas a cada três meses, um telex como esse é enviado para reafirmar que a negociação está em andamento e que os recursos de curto prazo devem ser mantidos. Portanto, pode ser um telex de rotina. Depois, os integrantes do comitê econômico voltam para os Estados Unidos. Em tese, o acordo deveria ser assinado no dia 15 de janeiro. Mas depois que as propostas do Brasil, enviadas em 25 de setembro e 14 de outubro, foram rejeitadas, partiu-se para esse acordo interino e a negociação continua muito difícil".

CONTROVÉRSIAS

Para o vice-presidente da Ordem dos Economistas, Manoel Francisco Pereira, o retorno à negociação convencional será um retrocesso, por prejudicar a imagem do Brasil, que lutou para firmar uma nova estratégia e, de repente, volta atrás. "Talvez o governo pretenda ganhar tempo para uma negociação definitiva após as eleições de novembro, mesmo porque ele não tem qualquer autoridade para fazer isso hoje", afirma o economista. Essa opinião é endossada por Sideval Aroni, economista do banco Crefisul: "Essa volta ao convencional é um absurdo, mesmo porque ela mantém parte de propostas não con-

vencionais, como o pagamento de juros em função das exportações. Mas recuar logo agora que o País precisa de novos recursos é lamentável e mostra a falta de legitimidade do governo".

Michel Alaby, coordenador da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, em São Paulo, também considera o recuo um retrocesso, mas num sentido diferente: "Essa posição deveria ter sido adotada antes, em fevereiro, em vez de se decretar a moratória. Agora, ela dá a impressão de que o País precisa efetivamente de mais dinheiro e que isso não seria conseguido nos moldes da negociação não convencional".

Brasmotor inicia conversão

A Brasmotor S.A. iniciou o processo de conversão de sua dívida em capital de risco, num total de US\$ 50 milhões. Os recursos serão utilizados pelos bancos participantes da operação para subscrição e integralização de ações preferenciais do aumento de capital social da empresa. Segundo informações prestadas por Jorge Michel Lepeltier, diretor de Relações com o Mercado, a operação era anterior ao novo projeto de conversão de dívida recentemente divulgado pelo Banco Central. "Há mais de um ano que preparamos isso, portanto, antes de 20 de julho quando o Banco Central inter-

rompeu o exame dos projetos", explicou o diretor.

Ele acrescentou que estão sendo capitalizados juros vencidos e depositados no Banco Central, mas que este não remeteu para o Exterior devido aos problemas do balanço de pagamentos e da moratória. "Agora, esses recursos serão utilizados para a expansão da fábrica de máquinas de lavar roupa da Brastemp, em Rio Claro." Segundo o diretor, a documentação do projeto de conversão foi aprovada pelo Banco Central e comunicada às bolsas de valores e à Comissão de Valores Mobiliários.